

## Medida Provisória nº 1001, de 2020

**Autoria:** Presidência da República**Iniciativa:****Ementa:**

Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

**Explicação da Ementa:**

*Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00, autorizando a contratação de operação de crédito interna no mesmo valor para o atendimento de despesas relacionadas ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.*

**Assunto:** Orçamento Público - Crédito Adicional**Data de Leitura:** -**Tramitação encerrada****Decisão:** Perda de eficácia, em decorrência do**Último local:** 27/04/2021 - Secretaria de Expediente**Destino:** Ao arquivo**Último estado:** 23/02/2021 - SEM EFICÁCIA**TRAMITAÇÃO****28/04/2021** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

**Ação:** Remetido Ofício CN nº 107, de 28/04/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, em 23 de abril de 2021, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1001, de 2020, que teve seu término de vigência ocorrido em 22 de fevereiro de 2021.

**23/04/2021** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação:** Em 23-04-2021 esgotou-se o prazo previsto no § 11 do art. 62 da Constituição Federal sem edição de decreto legislativo que discipline as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1001 de 2020, cuja vigência encerrou-se em 22-02-2021, por perda de eficácia sem apreciação pelas Casas do Congresso Nacional (§§ 7º e 11 do art. 62 da Constituição Federal). Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

À Secretaria de Expediente e, posteriormente, ao Arquivo.

(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 29-04-2021).

Publicado no DCN Páginas 49 - DCN nº 16

**23/02/2021** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional**Situação:** SEM EFICÁCIA

**Ação:** Término do prazo de vigência, em 22 de fevereiro de 2021, da Medida Provisória no 1.001, de 2020, que “Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências”.

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional

## TRAMITAÇÃO

comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.  
A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, até 23 de abril de 2021.  
(Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 25/02/2021)

*Publicado no DCN Páginas 50 - DCN nº 5*

**22/02/2021** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Perdeu a eficácia

**13/11/2020** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Ato n. 142, de 12/11/2020, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, prorroga a vigência da Medida Provisória, por sessenta dias (DOU de 13/11/2020 – Seção 1 – Página 3)

**13/10/2020** CCP - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES

**Ação:** Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 14/10/20 PÁG 18.

**22/09/2020** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Ao Plenário, para leitura do ofício de encaminhamento. Publique-se.

**21/09/2020** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Recebida a Mensagem nº 523/2020, do Poder Executivo, que submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1001/2020.

**18/09/2020** MESA - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

**Ação:** Recebido o Ofício n.336/2020, que encaminha, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020, a Medida Provisória nº , de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".À Medida não foram oferecidas emendas.

**18/09/2020** SF-SEXPE - Secretaria de Expediente

**Situação:** MEDIDA PROVISÓRIA ENVIADA À CÂMARA DOS DEPUTADOS

**Ação:** Remetido Ofício CN nº 336, de 18/09/20, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

À CD.

**18/09/2020** CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

**Ação:** Anexada Nota Técnica nº 86, de 18 de setembro de 2020, que contém subsídios para análise de adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 1.001/2020, elaborada pela consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

## TRAMITAÇÃO

Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória, não foram apresentadas emendas.

**16/09/2020** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Situação:** MATÉRIA DESPACHADA

**Ação:** À CMO, para recebimento de emendas.

**15/09/2020** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Situação:** AGUARDANDO DESPACHO

**Ação:** Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 15/09/2020 a 22/02/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 15/09/2020 a 17/09/2020 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: \*
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 30/10/2020 (46º dia)

\* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

\* As emendas enviadas por sistema até as 23h59 do dia 17/09/2020 poderão ser entregues à Comissão Mista até as 10h do dia 18/09/2020.

\*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

*Publicado no DCN Páginas 18 PUB Vigência prorrogada pelo período de 60 dias. - DCN nº 52*

**15/09/2020** Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação:** Publicada no DOU de 15/09/2020, Edição Extra A, página 1, a Medida Provisória 1.001/2020.

*Publicado no DOU Páginas 1 Edição Extra (nº A)*

## DOCUMENTOS

## MPV 1001/2020

**Data:** 15/09/2020

**Autor:** Presidência da República

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Descrição/Ementa:** Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências.

## Calendário

**Data:** 15/09/2020

**Autor:** Congresso Nacional

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 15/09/2020 a 22/02/2021
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 15/09/2020 a 17/09/2020 (art. 3º do Ato Conjunto nº 1/2020)
- Prazo na comissão: \*

## DOCUMENTOS

- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 30/10/2020 (46º dia)

\* Nos termos do parágrafo único do art. 2º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, durante a pandemia de Covid-19, o parecer da Comissão Mista será proferido, em Plenário, por parlamentar designado na forma regimental.

\* As emendas enviadas por sistema até as 23h59 do dia 17/09/2020 poderão ser entregues à Comissão Mista até as 10h do dia 18/09/2020.

\*O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

## Avulso inicial da matéria

**Data:** 16/09/2020

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Descrição/Ementa:** -

## OFCN 336/2020

**Data:** 18/09/2020

**Autor:** Diretor da Secretaria de Expediente

**Local:** Secretaria de Expediente

**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 336, de 18/09/20, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, encaminhando a presente Medida Provisória, nos termos do § 8º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o Ato Conjunto das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal nº 1, de 31 de março de 2020.

À CD.

**Descrição/Ementa:** Encaminha à Câmara dos Deputados a Medida Provisória nº 1.001, de 2020.

## Nota Técnica

**Data:** 18/09/2020

**Autor:** Senado Federal

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Anexada Nota Técnica nº 86, de 18 de setembro de 2020, que contém subsídios para análise de adequação Orçamentária e Financeira da Medida Provisória nº 1.001/2020, elaborada pela consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal.

Encerrado o prazo regimental, à Medida Provisória, não foram apresentadas emendas.

**Descrição/Ementa:** Nota Técnica nº 86 da MPV 1.001/2020.

## Ofício

**Data:** 23/02/2021

**Autor:** Presidente da Câmara dos Deputados

**Local:** Mesa Diretora do Congresso Nacional

**Ação Legislativa:** Término do prazo de vigência, em 22 de fevereiro de 2021, da Medida Provisória nº 1.001, de 2020, que "Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Educação e da Cidadania, no valor de R\$ 264.866.289,00, para os fins que especifica, e dá outras providências".

Nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1 de 2002 – CN, a Presidência da Mesa do Congresso Nacional comunicará o fato ao Senhor Presidente da República e fará publicar no Diário Oficial da União Ato Declaratório de encerramento do prazo de vigência da referida Medida.

A matéria aguarda edição de decreto legislativo nos termos do art. 62, §11, da Constituição Federal, até 23 de abril de 2021. (Comunicação publicada no Diário do Congresso Nacional – DCN – de 25/02/2021)

**Descrição/Ementa:** Encaminha processado da Medida Provisória nº 1.001/2020 (perda de eficácia)

### DOCUMENTOS

#### OFCN 107/2021

**Data:** 28/04/2021

**Autor:** Presidente do Congresso Nacional

**Local:** Secretaria de Expediente

**Ação Legislativa:** Remetido Ofício CN nº 107, de 28/04/21, ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, comunicando o término do prazo estabelecido no § 2º do art. 11 da Resolução nº 1, de 2002-CN, e no § 11 do art. 62 da Constituição Federal, em 23 de abril de 2021, para edição do decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1001, de 2020, que teve seu término de vigência ocorrido em 22 de fevereiro de 2021.

**Descrição/Ementa:** Comunica à Câmara dos Deputados o término do prazo para edição de decreto legislativo destinado a regular as relações jurídicas decorrentes da Medida Provisória nº 1.001, de 2020.